

Vice-presidente de Relações Institucionais da Fenacor e presidente do Sincor-GO, Lucas Vergilio tomou posse para o exercício do seu segundo mandato como deputado federal por Goiás. A sessão solene de posse dos parlamentares eleitos e reeleitos para a 56ª legislatura (2019-2023) da Câmara dos Deputados ocorreu sexta-feira, no Plenário Ulysses Guimarães.

Relembre entrevista concedida por Lucas Vergilio para a última edição da Revista SINCOR, na qual fala um pouco do seu trabalho na Casa e as perspectivas para o setor no âmbito legislativo.

O setor de seguros goiano elege, novamente, um representante para a Câmara Federal. Qual a importância desta eleição e quais as perspectivas para o novo mandato a partir de 2019?

Eu acredito que a principal relevância de se ter um representante na Câmara dos Deputados é trabalhar não só os assuntos do mercado de seguros, mas do dia a dia do corretor. Tivemos uma grande vitória, que foi a inclusão no Super Simples. A Lei Complementar do Super Simples é uma lei viva, que todo ano, toda legislatura conta com uma Comissão Especial. Ter um corretor de seguros nesta instância é uma garantia para que nós não saíamos do Simples e, mais que isso, que a gente possa conquistar novas coisas, criar novos produtos. É alguém do mercado, que entende da profissão, lutando pelo mercado.

Essa continuidade na Câmara eleva também as perspectivas de representatividade do seu nome nacionalmente. Não só em relação ao setor da corretagem de seguros, mas em relação a todas as entidades, entidades correlatas ligadas ao mercado de seguros. Como o senhor lidará com as demandas do setor em todo o país?

Tenho uma atuação na Câmara em prol do setor produtivo, do desenvolvimento econômico do País, não só o mercado de seguros, mas todo o setor produtivo. Em 2017, fui presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e o setor produtivo obteve grandes avanços, nas mais diversas áreas da economia. Acredito que eu possa continuar a representar o setor no Parlamento, de um modo geral, e a representatividade política goiana. Eu fui um dos deputados federais que mais trouxe recursos para Goiás, que mais atuou de forma municipalista e isso, uma vez que temos nossas diretorias territoriais, também leva força para o corretor de seguros nos municípios. São trabalhos complementares. À frente do SINCOR e na Câmara, conseguimos ter uma atuação tanto na parte política quanto na institucional.

Como o seu mandato irá trabalhar com o projeto 3139/2015 sobre proteção veicular? Espera ter uma votação definitiva?

O trabalho na Comissão Especial terminou. O parecer do relator foi votado e aprovado e agora vai a plenário. Na próxima legislatura, vamos trabalhar para que ele seja votado em plenário. Isso vai depender muito da vontade da Casa e de um novo esforço, nova articulação, nova mobilização que se inicia no plenário. Temos que ficar atentos. Essa mobilização tem que ser ampliada, porque agora falamos em centenas de parlamentares. Precisamos conversar com as bancadas de Goiás e de outros estados, que defendem essas associações. Os corretores têm procurado representantes. Deputados de várias regiões têm me procurado, porque foram procurados por corretores em seus estados. Então é isso que a gente tem que fazer enquanto categoria. Essa união nossa, que a gente tem aqui em Goiás, também está tendo em outros estados.

Tramita na Câmara o projeto que cria o Seguro Obrigatório de Acidentes de Trânsito (Soat). Há expectativa de quando será votado e qual será sua atuação nesta matéria?

Foi instalada uma Comissão Especial para tratar do projeto. Falta eleger o presidente e designar o relator e esperamos fazer isso até o final do ano, para que possamos apresentar um projeto para modernizar um seguro que tem um lado social muito grande, porém hoje é muito mal visto por todo mundo, devido a inúmeras fraudes que ocorrem. Acredito que a grande vantagem do Soat é dar

acesso ao seguro a todos, de uma maneira mais fácil, sem intermediários, onde haja concorrência e, com isso, tentar baratear, ampliar as coberturas. É um projeto que vai modernizar algo que está completamente ultrapassado. Estamos tentando resgatar o que há de bom e tirar aquilo de ruim do DPVAT.

Teremos uma mudança na economia brasileira baseada nos anúncios da nova equipe econômica. Como o senhor vê as possibilidades de crescimento diante do novo governo? Como o mercado de seguros irá se relacionar com a nova política vigente?

Eu acredito que o presidente eleito tem feito boas escolhas, principalmente para a área econômica. Está se criando um cenário de boas expectativas no mercado financeiro e no mercado de seguros também. Eu tenho conversado com vários presidentes de companhias, com vários corretores de seguros e percebo essa expectativa positiva. Acredito que a relação com o governo será muito mais técnica do que política. Ao menos é o que ele tem demonstrado e, se cumprir e efetivar o que tem falado, acho que o mercado de seguros tem muito a ganhar. Nós não temos uma pauta do mercado de seguros, uma agenda do mercado de seguros no governo federal. Se realmente o governo adotar esta postura mais profissional, nós teremos condições de encaminhar essa agenda do setor. É uma agenda que gera emprego, renda, economia, poupança para o país. Então, é uma agenda que o país precisa para ter o desenvolvimento econômico como deseja ser. Uma agenda econômica liberal necessita do seguro, principalmente neste primeiro ano. Acredito que a grande resposta que o país vai dar na economia será no primeiro ano do governo, em que ele conta com grande apoio da população. Espero que esse apoio também se manifeste no Congresso Nacional, para termos uma econômica forte e consistente e nosso país vai voltar a crescer. Se o país cresce, o mercado de seguros também cresce.

Quando você fala desta questão técnica no governo, você fala também dentro da Susep?

Claro, a Susep precisa se modernizar, criar mecanismos que permitam uma fiscalização preventiva. Ela precisa se despolitizar. Acredito que quanto mais técnico for um órgão regulador, melhor é para o setor. A Susep precisa ser independente, ter autonomia, manter uma agenda pró-mercado, de novos produtos, que nosso país ainda carece muito. A gente precisa mostrar isso para o governo, que ter um órgão regulador defasado é ruim. Acredito que isso aumenta a importância do Ibracor. Vamos tentar mostrar esta necessidade para nosso presidente, para a equipe econômica. Mostrar o quão importante pode ser o mercado de seguros para economia do nosso país.

O senhor retornou à presidência do SINCOR em novembro. Como será seu trabalho no campo da representatividade institucional?

O corretor de seguros de Goiás pode esperar uma gestão que primeiro quer ouvir o que o corretor está pensando. Uma gestão que vai atuar politicamente no nosso estado, de maneira muito forte, para mostrar a relevância do corretor para a sociedade. Pode esperar um sindicato muito mais focado no seu negócio, na geração de mais oportunidades para o corretor. E, é claro, um sindicato que cumpre o seu papel, como vem cumprindo há muitos anos. O sindicalismo no nosso país está passando por uma reinvenção. Muitos sindicatos são mal vistos pela sociedade. Porém, o SINCOR e a Fenacor vêm se destacando por ter essa forma diferenciada de agir, de se portar perante o seu associado, de devolver para a categoria, em forma de benefícios, de ações concretas, em forma de ações políticas, como foi a redução do ISS para os corretores de seguros em Goiânia. É isso que a gente quer continuar a fazer. Um sindicato onde o corretor se sinta representado e forte, saber que tem uma instituição séria, que está conectado com seu dia a dia, com o seu negócio, com sua pessoa física. Nosso grande desafio é ampliar isso, buscar uma união ainda maior, buscar novos associados para mostrar a importância do sindicato, até porque os ganhos que a profissão tem são para associados e para não associados. Dizer 'se associe ao SINCOR porque os corretores de seguros nos últimos anos têm tido enormes conquistas!'. E nós precisamos do corretor aqui dentro para conquistar mais ainda. A gente quer ouvir o que o corretor quer para ir em busca.

Fonte: Fenacor, com informações do Sincor-GO, em 05.02.2019.